

Coordenadores:
Phillippe Melo Alcântara Falcão
Alberto Jorge Correia de Barros Lima

III Encontro de pesquisas judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD:

Eficiência na prestação dos serviços
públicos: os papéis da administração pública
e do poder judiciário na concretização de
direitos fundamentais

Maceió
FUNDESMAL
2018

Rua Cônego Machado 1061, Farol, Maceió -Alagoas – Brasil
CEP 57021-160

Tel. (082) 2126 – 5363/5399
Home Page: www.esmal.tjal.jus.br

Catálogo na fonte
Mirian Ferreira Alves – CRB-4: 2.131
Bibliotecária

Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (2. : 2017 : Maceió, AL).

III Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD:Eficiência na prestação dos serviços públicos: os papéis da administração pública e do poder judiciário na concretização de direitos fundamentais: anais [recurso eletrônico]. Phillippe Melo Alcântara Falcão; Alberto Jorge Correia de Barros Lima (Coords.). Maceió, AL: Escola Superior da Magistratura de Alagoas, FUNDESMAL, 2018.

ISBN: 978-85-93134-02-9

Tema: Decisão judicial: Eficiência na prestação dos serviços públicos: os papéis da Administração Pública e do Poder Judiciário na concretização de Direitos Fundamentais

1. Direito – Pesquisa. 2. Direito – Encontros. I. Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD (3. : 2018 : Maceió, AL)

Revisão, normalização, editoração e diagramação:

Maria Wytinaia de Souza – Estagiária
Beatryz Rocha Brasileiro – Estagiária
Arielly Aparecida Mergulhão- Técnico Judiciário
Mirian Ferreira Alves- Bibliotecária

Capa:
Itawi Albuquerque

DIRETOR-GERAL

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza

COORDENADOR GERAL DE CURSOS

Juiz Alberto Jorge Correia de Barros Lima

COORDENADORA DE CURSOS PARA SERVIDORES

Juíza Luciana Josué Raposo Lima Dias

COORDENADORA DE CURSOS PARA MAGISTRADOS

Juíza Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS

Juiz Anderson Santos dos Passos

COORDENADOR DE PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA

Juiz Phillippe Melo Alcântara Falcão

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Karoline Mafra Sarmento Beserra

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rafael Ribeiro de Albuquerque

COORDENADORES DO III ENPEJUD

Phillippe Melo Alcântara Falcão

Alberto Jorge Correia de Barros Lima

DIRETORA-SUBSTITUTA DA BIBLIOTECA

Arielly Aparecida Mergulhão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Phillippe Melo Alcântara Falcão.....13-14

GRUPO 1: HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA, DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

A QUESTÃO DOS “NOVOS” DIREITOS FUNDAMENTAIS: NECESSIDADE OU BANALIZAÇÃO?

Carolina Fontes Lima Tenório15-27

A OMISSÃO ESTATAL COMO CAUSA DE DANOS INDENIZÁVEIS PELO NÃO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Carolina Raposo Bispo.....28-42

A TEORIA DO IMPACTO DESPROPORCIONAL COMO FATOR DE IDENTIFICAÇÃO DE INSTITUTOS DISCRIMINATÓRIOS E COM A INTENÇÃO DISSIMULADA DE DOMINAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Esron Pinho43-57

A ANTINOMIA ENTRE A LEI 13.301 E A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR NECESSÁRIO PARA OS DIREITOS DOS MICROCEFÁLICOS

Fernanda Freitas Gonçalves58-69

A IMPORTÂNCIA DO ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL À MATERIALIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA DE FREIOS E CONTRAPESOS

Gabriel Luan Santos da Rocha70-83

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE COMO MECANISMO HERMENÊUTICO PARA EFETIVAR A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

Geraldo Chaves Brito.....84-95

LEI DE ANISTIA, DESAPARECIMENTO FORÇADO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: REFLEXÕES SOBRE AS REPERCUSSÕES JURÍDICAS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Laura Beatriz de Oliveira Wanderley Nepomuceno

Ana Laura Santos Cavalcante Melo96-108

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS FALHAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA

PRISIONAL EM FACE DA TUTELA DEFICIENTE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO OMISSÃO INCONSTITUCIONAL

Letícia Severiano Soares

Amanda Maria Oliveira Santos

Marília Calheiros Wanderley de Oliveira109-125

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E A OMISSÃO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Lucas André de Vasconcelos Souza126-142

RECEPÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS REFUGIADOS NO BRASIL: PRECONCEITO SOCIAL

Mariana Lima Farias143-157

A DEFENSORIA PÚBLICA DE ALAGOAS: UM ESSENCIAL INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS

Ricardo José Sarmento de Oliveira158-173

DISCURSO DE ÓDIO: LIBERDADE EXPRESSÃO OU INTOLERÂNCIA?

Yago Costa Gomes de Barros

Gustavo José Cavalcanti Melo 174-185

GRUPO 2: DIREITO FINANCEIRO, DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO

ANOTAÇÕES ACERCA DA JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE ACERCA DE ARGUMENTOS NÃO ENFRENTADOS PELOS TRIBUNAIS

Bruno Emanuel Tavares de Moura186-201

DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS: A TRIBUTAÇÃO COMO POSIÇÃO NECESSÁRIA DO ESTADO PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Camylla Soraya Angelino Oliveira

Fabiana da Silva Santos202-212

ESFORÇO FISCAL DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS PARA O AUMENTO DE SUAS RECEITAS UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Júlio Caio César Rodrigues Vasconcelos Sobrinho213-230

GRUPO 3: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A TUTELA CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Camila Montenegro Leite de Arruda Alencar.....231-244

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS: A EFICIÊNCIA DO CJUS PRÉ PROCESSUAL DA COMARCA DE MACEIÓ

Camylla Soraya Angelino Oliveira

Paulo Ricardo Silva Lima245-257

UNIÃO ESTÁVEL NA ESPANHA: UMA ANÁLISE LEGISLATIVA, DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL COM ÊNFASE NO DIREITO DAS SUCESSÕES

Fabíola Mirelly Luna Santos

Samara Carina Albuquerque França

Laura Fernandes da Silva258-272

LEGITIMIDADE E INTERESSE DE AGIR DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO NA TUTELA DE INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS: POSSIBILIDADES PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PARA A EFETIVIDADE DE DIREITOS

José Erick Gomes da Silva

Sabrina Duarte de Oliveira

Mirella Maria Bezerra de Siqueira273-288

NOVA ENTIDADE FAMILIAR: A FAMÍLIA HOMOAFETIVA

Liv Lessa Lima de Holanda289-303

APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DA COLEGIALIDADE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO ALAGOANO: CONTROVÉRSIA PRÁTICA ACERCA DO ART. 942 DO CPC/2015

Nathália Ribeiro Leite Silva

Fábio Manoel Fragoso Bittencourt Araújo304-321

RESPONSABILIDADE CIVIL EM FACE DOS DANOS AMBIENTAIS PROVOCADOS POR PESSOAS JURÍDICAS: INTERPRETAÇÃO LEGAL E APLICAÇÃO

Paula Iasmim Santos Pontes

Fernanda Medeiros Andrade

Maria Izabelly Batista da Silva322-338

ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE CRÍTICA DESTA FORMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS EM ALAGOAS

Raisa da Silva Carmo

Luana Macena de Melo

Lavínia Maria Oliveira Nobre.....339-355

GRUPO 4: DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E EXECUÇÃO PENAL

PLANOS DE AÇÃO PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA

João Braz Amorim356-371

O PAPEL DO JUDICIÁRIO EM FAZER CUMPRIR OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS DOS DETENTOS

Amanda Assis Ferreira.....372-383

DA (DES)OBRIGATORIDADE DA ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE COMPLIANCE EMPRESARIAL NO CONTEXTO ATUAL DO DIREITO

Bruno Emanuel Tavares de Moura

Clarisse de Oliveira Lyra384-400

SÚMULA 593 DO STJ E O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Caroline Gabriel de Carvalho401-414

DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO E A TEORIA DO IMPACTO DESPROPORCIONAL

Esron Pinho415-432

A EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS E SUA REAL CONSOLIDAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Everton Silva dos Santos.....433-447

REFLEXÕES SOBRE O ACRODO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL

Fernanda Costa Fortes Silveira Cavalcanti448-459

A REINCIDÊNCIA CRIMINAL DE NATUREZA ESPECÍFICA COMO FATOR DA APLICABILIDADE DO REQUISITO OBJETIVO DE 3/5 PARA A PROGRESSÃO DE REGIME EM CRIMES HEDIONDOS: UMA ANÁLISE NO ESTADO DE ALAGOAS

Karen Melissa Reis Gonçalves460-474

ANÁLISE DE CONVENIÊNCIA POLÍTICA DA CRIMINALIZAÇÃO DE CONDUTAS LGBT

Larissa Orestes Pugliese.....475-491

A (IN)COMPATIBILIDADE DO CRIME DE DESACATO COM O PACTO SAN JOSÉ DA COSTA RICA

Lívia Soares Salvador492-502

GRUPO 5: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NO TJAL: UMA METODOLOGIA DE INTEGRAÇÃO DE PESSOAS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Cleiton Gonçalves Falcão

Lucas André Ajala Sorgato503-521

PRÁTICA JURÍDICA E ACESSO À JUSTIÇA: A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS E A ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE SENTENÇAS EM AÇÕES DE FAMÍLIA

Ianá Priscilla de Oliveira Silva

Gárdia Rodrigues Silva

Jéssica Andrade Modesto522-535

ANÁLISE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS ENQUANTO INSTITUIÇÃO PROPULSORA DO ACESSO À JUSTIÇA

Mylla Gabriely Araújo Bispo

Nathália Regina dos Santos536-555